

HRZ Transmissão ES S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
HRZ Transmissão ES S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HRZ Transmissão ES S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HRZ Transmissão ES S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 31 de março de 2022.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. Durante a sua fase de construção, a Companhia constitui, em contrapartida à receita de construção, um ativo contratual, o qual passa a ser amortizado após o início das operações, à medida em que a Companhia executa a operação e manutenção da estrutura construída, e conforme o recebimento da remuneração pelo cumprimento de ambas as obrigações de performance. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo da concessão da Companhia é de R\$235.111 mil.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS15 – “Revenue from contract with customer”) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação da taxa implícita aplicada no fluxo de recebimento futuro; (iii) recálculo da remuneração financeira dos ativos da concessão, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração do ativo contratual da Companhia e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração do ativo da concessão adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de maio de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.756	7.097
Disponibilidade da rede elétrica	6	2.754	3.044
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		252	33
Outros tributos compensáveis		210	244
Ativo Contratual	9	25.083	26.550
Outros créditos		282	240
Total do Ativo Circulante		46.337	37.208
Não circulante			
Depósitos vinculados	13	4.398	4.564
Ativo Contratual	9	210.028	199.581
Imobilizado		68	20
Total do Ativo Não circulante		214.495	204.165
TOTAL DO ATIVO		260.832	241.373
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores		906	541
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		268	257
Outros tributos a recolher		162	159
Dividendos	10	12.262	16.253
Debêntures	11	12.581	21.126
Provisões		-	367
Partes Relacionadas	8	18.560	-
Outras contas a pagar		305	728
Total do Passivo Circulante		45.044	39.431
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos	7	8.554	8.216
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	7	7.241	6.934
Debêntures	11	106.752	103.594
Provisões	12	6.197	5.066
Outras contas a pagar		856	621
Total do Passivo Não circulante		129.600	124.431
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital social		11.689	11.689
Reservas de lucros		74.498	65.822
Total do Patrimônio líquido		86.187	77.511
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		260.832	241.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro
(em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita líquida	14	34.334	36.756
Custo	15		
Custo de operação		(1.706)	(3.419)
Custo de construção da infraestrutura da concessão		-	1.659
Total de Custo		(1.706)	(1.760)
Lucro bruto		32.629	34.996
Despesas e Receitas operacionais	16		
Despesas gerais e administrativas		(2.427)	(157)
Outras despesas e receitas operacionais		2	(376)
Total de Despesas e Receitas Operacionais		(2.425)	(533)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		30.204	34.463
Receitas financeiras	17	1.810	794
Despesas financeiras	17	(18.717)	(30.232)
Total de Resultado Financeiro		(16.906)	(29.438)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		13.298	5.025
Tributos sobre o lucro	18		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.422)	(887)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(308)	24.008
Resultado financeiro		(1.729)	23.121
Lucro líquido do exercício		11.568	28.146
Nº de ações da Companhia		11.689	11.689
Lucro por Ação		0,99	2,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro
(em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	11.568	28.146
Resultado abrangente do exercício	<u>11.568</u>	<u>28.146</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro
(em milhares de Reais)

	Capital Social	Retenção de Lucros	Reserva legal	Reserva de Lucros a Realizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.630	4.707	1.726	38.126	-	53.189
Aumento de capital	3.059	-	-	-	-	3.059
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.146	28.146
Constituição de reserva legal	-	-	612	-	(612)	-
Reserva de Dividendos a Deliberar	-	-	-	3.059	(3.059)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	17.592	(17.592)	-
Dividendos mínimos	-	-	-	-	(6.883)	(6.883)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.689	4.707	2.338	58.777	-	77.511
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.568	11.568
Transferência entre reservas	-	(4.707)	-	4.707	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	8.676	(8.676)	-
Dividendos mínimos	-	-	-	-	(2.892)	(2.892)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.689	-	2.338	72.160	-	86.187

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Fluxo de Caixa

(em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	13.298	5.025
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
PIS e COFINS diferidos	338	(1.280)
IRPJ e CSLL diferidos	(308)	
Remuneração dos Ativos da concessão	(25.556)	(30.525)
Margem na construção		358
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		17
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		376
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures	16.916	24.345
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	764	983
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	(35)	79
Partes Relacionadas	1.520	(108)
	<u>6.937</u>	<u>(730)</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Disponibilidade da Rede Elétrica	290	(296)
Ativos da concessão	16.576	19.106
Imposto de renda e contribuição social a compensar	(219)	169
Outros tributos compensáveis	34	76
Depósitos vinculados	166	72
Outros ativos operacionais	(42)	(51)
	<u>16.804</u>	<u>19.076</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	365	(246)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(595)	(165)
Outros tributos a recolher	311	(138)
Encargos Setoriais		14
Provisões	-	(995)
Outros passivos operacionais	(153)	(36)
	<u>(72)</u>	<u>(1.566)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>23.669</u>	<u>16.780</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(816)	(497)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>22.853</u>	<u>16.283</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(48)	(39)
Alienação de bens e direitos	-	(7)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	<u>(48)</u>	<u>(46)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital social líquido do custo de emissão	-	3.059
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	(22.303)	(12.190)
Partes relacionadas	17.041	
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	-	(33.779)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	-	(32)
Pagamento de dividendos	(6.883)	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	<u>(12.145)</u>	<u>(42.942)</u>
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>10.659</u>	<u>(26.705)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.756	7.097
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.097	33.802
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>10.659</u>	<u>(26.705)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A HRZ Transmissão ES S.A. (Companhia) é de uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da HRZ Transmissão e Participações S.A. (HRZ), com sede no município de São Paulo - SP. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 28 de dezembro de 2018 o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o termo de liberação das instalações da Companhia referente ao início de sua operação comercial, retroativo a 23 de dezembro de 2018. A sua entrada em operação foi antecipada em 20 meses frente ao calendário da ANEEL e 10 meses em relação à premissa adotada pela Companhia no leilão.

1.1 Mudança de controle acionário

Em 19 de outubro de 2021 a EDP - Energias do Brasil S.A. (antiga controladora da Companhia) assinou um contrato de compra e venda de ações junto à HRZ Transmissão e Participações S.A. (HRZ) para alienar a totalidade das ações detidas pela mesma, correspondente a 100% do Capital social da Companhia.

Em 28 de dezembro de 2021, após cumpridas todas as condições precedentes, foi concluída a alienação das ações, fazendo da HRZ, a partir desta data, a controladora integral da Companhia.

Foi efetuada a alteração da denominação social, outrora EDP Transmissão S.A. para HRZ Transmissão ES S.A.

1.2 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2022 foi positivo em R\$1.293 (R\$2.223 negativo em 31 de dezembro de 2021).

2 Concessão

Em 28 de outubro de 2016 a EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) arrematou o lote 24 da 2ª Etapa do Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2015, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote foi composto por uma linha de transmissão de 113 km e uma subestação localizada no Estado do Espírito Santo.

A EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 21/2017 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
113 Km	Serviço Público	Concessão	ES	LT230Kv; SE 230/138-3.8 kV	10/02/2017	09/02/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1 Receita anual permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP de R\$20.718 a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.067 (Reajuste Tarifário Anual), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. Adicionalmente, durante o ano de 2022, ocorreu a Revisão Tarifária Periódica que ocorre a cada 5 anos e conforme Resolução Homologatória – REH 3.050. O impacto total na RAP da Companhia foi de 8,69%, fazendo com que a RAP passasse a totalizar R\$27.547.

2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis na data base de 31 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético – CDE.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 19 de maio de 2023.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 19.1.1.2.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 3.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 7); Contabilização dos Contratos do Ativo da Contratual, reconhecimento do Ativo Contratual, taxa de desconto e margem da construção (Nota 9); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 19.1).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativos não financeiros

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

3.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

a) Adoção de novas normas e interpretações

As alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB com efeito a partir de 1º janeiro de 2022 não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras, das quais destacam-se as seguintes normas:

- CPC 27 – Imobilizado
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes
- CPC 15 (R1) – Combinação de negócios

Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:

- (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"
- (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos"
- (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros"

b) Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A partir de 1º de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos. A Companhia não realizou a adoção antecipada destes pronunciamentos, e não espera impactos significativos quando da adoção destas normas.

- CPC 50 – Contratos de seguros
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Reajustes tarifário

Em 12 de julho de 2022, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.067, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 8,69% de reajuste para a Companhia, conforme mencionado na nota 2.1.

4.2 Manutenção do ICSD Ajustado superior a 1.2x

Após a publicação das Demonstrações Financeiras de 2021, a Companhia informou a ocorrência de não manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e incorreu em Evento de Aporte nos termos da Cláusula 1.1 do "Instrumento Particular de Suporte Financeiro e Outras Avenças", celebrado em 9 de maio de 2018, e tendo em vista também o contrato de "Cessão do Instrumento Particular de Suporte Financeiro e Outras Avenças", celebrado com a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. O Valor do Aporte correspondeu a R\$16.721 e foi disponibilizado pela HRZ Transmissão e Participações S.A. Os valores disponibilizados se encontram detalhados na Nota Explicativa nº 11, estão relacionados à emissão das Debêntures. A apuração do índice ao final de 2022 resultou em 2.1x acima do mínimo exigido de 1.2x, não necessitando de nenhum aporte de capital adicional.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	80	260
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	17.676	6.837
	<u>17.756</u>	<u>7.097</u>
Total	<u>17.756</u>	<u>7.097</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, são referentes aos saldos das contas de livre movimentação e centralizadoras. As contas centralizadoras recebem as receitas dos contratos de venda de energia, que são utilizadas para pagamento de dívidas e, caso necessário, para complementação de saldo mínimo de contas reservas das dívidas. Os valores remanescentes, são transferidos para as contas de livre movimentação.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados a taxa média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, em 2022 e em 2021.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem (Nota explicativa nº17).

6 Disponibilidade da rede elétrica

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica em 31 de dezembro de 2022 de R\$2.754 (R\$ 3.044 em 31 de dezembro de 2021), em sua totalidade, refere-se ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Os valores vencidos em aberto em 2022 não são relevantes para constituição de PECLD.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Concessionárias	2.754	3.044
Total	<u>2.754</u>	<u>3.044</u>

6.1 Movimentação da disponibilidade da rede elétrica

	<u>31/12/2021</u>	<u>Títulos emitidos</u>	<u>Recebimentos</u>	<u>31/12/2022</u>
Concessionárias	3.044	26.286	(26.576)	2.754
Total	<u>3.044</u>	<u>26.286</u>	<u>(26.576)</u>	<u>2.754</u>

6.2 Vencimentos

	<u>31/12/2022</u>
Vencidos a mais de 180 dias	763
A vencer	1.991
Total	<u>2.754</u>

7 Tributos diferidos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS e COFINS	8.554	8.216
Imposto de renda e contribuição social	7.241	6.934
	<u>15.795</u>	<u>15.150</u>

7.1 PIS e COFINS

Refere-se ao PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita com alíquota de 3,65% (Lucro Presumido, regime cumulativo), conforme alteração que ocorreu neste exercício onde a mesma era tributada em 2021 por regime de Lucro Real com a alíquota de 9,25%.

7.2 Imposto de renda e Contribuição social

São registrados sobre a receita bruta de construção considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.3 Composição

Natureza dos créditos	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	IRPJ Diferido	CSLL Diferido	IRPJ Diferido	CSLL Diferido
Ativo de contrato	235.111	235.111	225.254	225.254
Base de presunção (IRPJ 8% E CSLL 12%)	18.809	28.213	18.020	27.030
Impostos diferidos	<u>4.702</u>	<u>2.539</u>	<u>4.501</u>	<u>2.433</u>

8 Partes relacionadas

	Relacionamento	Duração	<u>Passivo circulante</u>		<u>Resultado</u>	
			<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
HRZ Transmissão E Participações S.A	Controladora	20/04/2022 a 20/04/2026	18.560	-	(1.520)	-
			<u>18.560</u>	<u>-</u>	<u>(1.520)</u>	<u>-</u>

Valor referente a operação de mutuo registrado em contrato com juros de 100% de CDI.

9 Ativos da concessão

De acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) – Contratos de Concessão, os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuários da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo contratual constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão.

O modelo estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de “ativo de contrato” até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na Nota Explicativa 16 - Receita.

De acordo com CPC47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais deve seguir os requisitos do CPC48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 21.2.5.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2021	Remuneração	RAP	Gross up Pis e Cofins	Ganho/ (perda)	Valor líquido em 31/12/2022
Ativos contratual	226.131	25.556	(21.118)	285	4.257	235.111
	<u>226.131</u>	<u>25.556</u>	<u>(21.118)</u>	<u>285</u>	<u>4.257</u>	<u>235.111</u>
Circulante	26.550					25.083
Não circulante	199.581					210.028
	<u>226.131</u>					<u>235.111</u>

10 Dividendos

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de março de 2022, o pagamento a distribuição de dividendos intercalares à conta de lucros, conforme balanço levantado pela administração em 31 de dezembro de 2021 para este fim. O montante total de dividendos pagos foi de R\$ 6.883.

Em 31 de dezembro de 2022 foi apurado o montante de R\$2.892, referente aos dividendos mínimos obrigatórios, calculados em 25% sobre o lucro auferido do exercício de 2022. O valor de dividendos mínimos remanescente, após o pagamento de R\$ 6.883, juntamente com o montante apurado ao final do exercício de 2022 (R\$ 2.892) tem expectativa de serem pagos ainda em 2023, de acordo com disponibilidade de caixa da Companhia.

11 Debêntures

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	115.000	1	115.000	1ª emissão em 15/05/2018	15/05/2018 a 15/05/2033	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 24 do leilão 13/2015-ANEEL	IPCA + 7,0267% a.a.	Principal e juros semestral a partir de maio/2021	a. Fiança Corporativa do controlador; b. alienação fiduciária das ações.
(-) Custos de emissão				(7.774)						
Total				107.226						

11.1 Composição do saldo das Debêntures

	31/12/2021			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures	21.872	107.62	129.493	13.256	110.104	123.360
(-) Custos de emissão	(746)	(4.027)	(4.773)	(675)	(3.352)	(4.027)
Total	21.126	103.594	124.720	12.581	106.752	119.333

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva do valor total referente as garantias das debêntures mencionadas acima é de R\$123.360 em 31 de dezembro de 2022 (R\$129.493 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se em pleno atendimento em relação à apuração do índice de cobertura de dívida (ICSD), que totalizou 2.1x, acima do mínimo exigido de 1.2x, não necessitando de nenhum aporte de capital adicional, conforme Nota Explicativa 4.2.

11.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados	Amortização do custo da transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2022
Principal	129.493	(22.303)	8.896	-	7.274	123.360
Custo de transação	(4.773)	-	-	746	-	(4.027)
	<u>124.720</u>	<u>(22.303)</u>	<u>8.896</u>	<u>746</u>	<u>7.274</u>	<u>119.333</u>

11.3 Vencimento das parcelas

Circulante

2023	<u>13.256</u>
	<u>13.256</u>

Não Circulante

2024	12.440
2025	12.693
2026	13.240
2027	11.826
2028 até 2033	<u>59.905</u>
	<u>110.104</u>
Total	<u>123.360</u>

12 Provisões e Depósitos vinculados

	Depósitos vinculados				
	Ativo				
	Não circulante		Não circulante		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais cíveis	4.398	4.564	-	-	-
Provisões cíveis	-	-	-	5.804	5.005
Licenças ambientais	-	-	367	393	61
	<u>4.398</u>	<u>4.564</u>	<u>367</u>	<u>6.197</u>	<u>5.066</u>

12.1 Depósitos Judiciais

Este saldo refere-se aos depósitos judiciais atrelados aos processos de desapropriação referente a construção da linha de transmissão

12.2 Provisões com risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Depósitos vinculados		Provisões		
	Ativo		Passivo		
	Não circulante		Não Circulante		
	31/12/2022	31/12/2021	Saldo em 31/12/2021	Provisões/ Reversões	Saldo em 31/12/2022
Cíveis	4.398	4.564	5.001	799	5.800
Outros	-	-	4	-	4
	<u>4.398</u>	<u>4.564</u>	<u>5.005</u>	<u>799</u>	<u>5.804</u>

Provisões cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.

12.3 Risco de perda possível

Existem processos de natureza trabalhista e cível, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cíveis	63	50
Trabalhistas	-	49
Total	<u>63</u>	<u>99</u>

12.4 Licenças ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental – PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia efetuou alteração de sua taxa de atualização de IGP-M para IPCA, devido ao indexador refletir atualmente a melhor estimativa de inflação do mercado. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 11,08% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 04 de dezembro de 2018 foi emitida pelo IEMA a Licença de Operação – LO nº 186/2018, válida por 6 anos a contar da data da assinatura, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária	Transferências	Reversão	Saldo em 31/12/2022
Licenças ambientais	367	14	12	-	393
Total	428	14	-	(49)	393

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$11.689 (R\$11.689 em 31 de dezembro de 2021) totalmente subscrito integralizado, representado por 1.000 (1.000 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela HRZ Transmissão e Participações S.A.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

13.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro a ser destinado:		
Lucro líquido apurado no exercício	11.568	28.146
Nº de ações da Companhia	11.689	11.689
Lucro por Ação	0,99	2,41
Destinação do lucro:		
Dividendos mínimos	2.892	6.883
Reserva de lucros	8.676	21.263
	<u>11.568</u>	<u>28.146</u>

13.3 Reservas de lucros

	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de lucros		
Legal	2.338	2.338
Retenção de Lucros	-	4.707
Reserva de lucros a realizar	72.160	58.777
	<u>74.498</u>	<u>65.822</u>

Lucros a realizar

A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva especial não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente.

14 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

- **Receita de construção**

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida ao Ativo contratual, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 é de 47,25% sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Companhia e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• **Receita de Operação e Manutenção (O&M)**

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 é de 93,79% (R\$3.306 de Receita de O&M e 1.706 de Custo de O&M realizados).

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de mark up para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão.

• **Remuneração dos Ativos da concessão**

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração do ativo contratual é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo do ativo contratual.

O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração do ativo contratual da Companhia representa 12,30% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remuneração do ativo contratual	25.535	21.783
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	3.306	(5.291)
Parcela Variável– IPCA	6.426	8.174
Receita CDE	771	-
Receita operacional bruta	<u>36.038</u>	<u>24.666</u>
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(1.328)	12.425
P&D	(275)	(241)
Outros encargos	(101)	(94)
	<u>(1.704)</u>	<u>12.090</u>
Receita	<u><u>34.334</u></u>	<u><u>36.756</u></u>

15 Custo de construção da infraestrutura da concessão e custo da operação

15.1 Custo de construção da infraestrutura da concessão

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Servidão permanente	-	1.035
Móveis e utensílios	-	4
Gastos ambientais	-	350
Outros	-	278
	<u>-</u>	<u>1.659</u>

15.2 Custo de operação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Gerenciáveis		
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	-	(406)
Material	(184)	(31)
Serviços de terceiros	(1.415)	(2.620)
Depreciação - Ativos de direito de uso	(3)	(38)
Arrendamentos e aluguéis	-	(124)
Outras	(105)	(200)
Total	<u><u>(1.706)</u></u>	<u><u>(3.419)</u></u>

16 Despesas e Receitas operacionais

As despesas e receitas operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2022	2021	
		Gerais e administrativas	Gerais e administrativas	Outras
Gerenciáveis				
Pessoal, Adm e Entidade de previdência privada	16.1	(178)	(120)	-
Serviços de terceiros	16.2	(1.154)	-	-
Material		-	(2)	-
Arrendamentos e aluguéis		(61)	(35)	-
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens		-	-	14
Outras*		(1.034)	-	-
Total		(2.427)	(157)	14

(*) Os valores registrados nesta rubrica se referem às despesas de comunicação, viagens, taxas de cartórios e à atualização de despesas com contingências cíveis.

16.1 Pessoal e Administradores

	2022	2021
Pessoal		
Remuneração	(58)	(224)
Encargos	(37)	(80)
Previdência privada - Corrente	-	(10)
Despesas rescisórias	(47)	(16)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(17)	(35)
Outros benefícios - Corrente	(19)	(156)
	<u>(178)</u>	<u>(521)</u>
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	-	(4)
Benefícios dos administradores	-	(1)
	<u>-</u>	<u>(5)</u>
	<u>(178)</u>	<u>(526)</u>

16.2 Serviços de Terceiros

	2022	2021
Serviços de consultoria	(760)	(736)
Serviços de manutenção	(20)	(1.057)
Serviços de limpeza e vigilância	-	(11)
Serviços de informática	(1)	(50)
Serviços de publicação e publicidade	(57)	(69)
Serviços de telecomunicações	-	(3)
Serviços de transporte	-	(22)
Serviços Compartilhados	(284)	(650)
Outros	(31)	(22)
	<u>(1.154)</u>	<u>(2.620)</u>

A redução dos serviços de terceiros foi em virtude da diminuição de manutenções corretivas ocorridas em 2022.

17 Resultado Financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras e cauções	1.782	604
Depósitos judiciais	-	123
Juros e multa sobre tributos	-	46
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	28	21
	<u>1.810</u>	<u>794</u>

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas financeiras		
Encargos com partes relacionadas	(1.520)	
Debêntures	(16.988)	(24.345)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	(159)	(983)
Arrendamentos e aluguéis	-	(4)
Outros juros e variações monetárias	(49)	(11)
Ajustes a valor presente	-	(68)
Outras despesas financeiras*	-	(4.821)
	<u>(18.717)</u>	<u>(30.232)</u>
	<u>(16.906)</u>	<u>(29.438)</u>

(*) O referido montante refere-se, substancialmente, às despesas relacionadas a comissão fiança relacionada a garantia da debênture (Nota 11), acrescido das custas de tarifa de anuência, devido a troca do controle acionário da Companhia (Nota 1.1).

18 Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado no exercício de 2022 são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32. No exercício de 2022 o registro foi efetuado pelo Lucro Presumido, segue a conciliação da alíquota efetiva :

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Receita Operacional Bruta	2.166	3.256	1.664	2.589
Receitas Financeiras	1.800	1.800	794	794
Base de cálculo	<u>3.966</u>	<u>5.056</u>	<u>2.458</u>	<u>3.383</u>
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Expectativa de crédito (débito) de IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(595)	(455)	(369)	(304)
Ajuste decorrente do adicional do IR	(373)		(214)	-
Imposto de renda e contribuição social	<u>(967)</u>	<u>(455)</u>	<u>(583)</u>	<u>(304)</u>
Alíquota efetiva - %	<u>3,57%</u>	<u>1,68%</u>	<u>3,93%</u>	<u>0,67%</u>

19 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados.

A administração dos riscos associados a estas operações incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos futuros.

19.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

19.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Aplicações financeiras	7	Nível 2	17.756	6.837	17.756	6.837
			<u>17.756</u>	<u>6.837</u>	<u>17.756</u>	<u>6.837</u>
Custo amortizado						
Bancos conta movimento	7	Nível 2	-	260	-	260
Disponibilidade da rede elétrica	8	Nível 2	2.754	3.044	2.754	3.044
			<u>20.509</u>	<u>10.141</u>	<u>20.509</u>	<u>10.141</u>
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	15	Nível 2	906	541	906	541
Debêntures	18	Nível 2	119.333	126.636	119.333	124.720
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	-	24	-	14
			<u>120.239</u>	<u>127.201</u>	<u>120.239</u>	<u>125.275</u>

19.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

19.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem:

- derivativos;
- passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento;
- contratos de garantia financeira;
- compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e
- contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando:

- (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou
- (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

19.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das debêntures, licenças ambientais e arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

- (i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.
- (ii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual; e
- (iii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

19.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

19.2 Gestão de riscos

A Companhia possui as seguintes políticas: Código de Conduta, Política Antissuborno e Anticorrupção, Política de Relacionamento com Terceiros e Política de Condução de Investigação Interna. Além disso, implementou comitês trimestrais de Operação, ESG e Financeiro e reuniões de Conselho também trimestrais que discutem, entre outros, os assuntos de integridade dos negócios. Os Comitês e reuniões de Conselho possuem membros da investidora Actis (grupo investidor da Companhia), com sede em Londres. Os principais riscos acompanhados estão descritos a seguir:

19.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

A Debênture captada pela Companhia, apresentada na nota 12, possui regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

19.2.2 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

19.2.3 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	17.756	2.145			2.145	2.682	3.218	1.609	1.073
Operação	Risco									
Debêntures	IPCA	(123.360)	(13.256)	(50.199)	(59.905)	(7.143)	(15.464)	(18.557)	(8.569)	(4.766)
Exposição líquida		(105.604)	(11.111)	(50.199)	(59.905)	(4997)	(12.782)	(15.339)	(6.960)	(3.693)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 6,9% e 12,33% a.a.; e IPCA entre 3,86% e 10,03% a.a..

19.2.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 10) cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2022					31/12/2021	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	906	-	-	-	-	906	541
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	-	18.560	-	-	-	18.560	-
Debêntures	-	-	12.197	50.199	56.937	119.333	124.720
	<u>906</u>	<u>18.560</u>	<u>12.197</u>	<u>50.199</u>	<u>56.937</u>	<u>138.798</u>	<u>125.261</u>

19.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

- **Caixa e Equivalentes de caixa**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A Companhia mantém Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão – CPST junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de seus serviços vinculados aos usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que assegura os recebimentos e mitiga o risco de inadimplência.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

19.2.6 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio.

19.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o controlador pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarciar as dívidas existentes.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Total das debêntures	119.333	124.720
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(17.756)	(7.097)
Dívida líquida	101.577	117.623
Total do Patrimônio Líquido Societário	86.187	77.511
Total do capital	187.764	195.134
Índice de alavancagem financeira - %	54,10%	60,28%

20 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

20.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	2022				
	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2022
			Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	16.253	(6.883)			9.370
Debêntures	124.720	(22.303)	7.274		109.691
Arrendamentos e aluguéis	14			(14)	-
	<u>140.987</u>	<u>(29.186)</u>	<u>7.274</u>	<u>(14)</u>	<u>119.061</u>
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	140.987	(29.186)	7.274	(14)	119.061
	2021				
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2021
			Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	9.370			6.883	16.253
Debêntures	146.344	(45.969)	13.044	11.301	124.720
Arrendamentos e aluguéis	20	(32)		22	14
	<u>155.734</u>	<u>(46.001)</u>	<u>13.044</u>	<u>18.206</u>	<u>140.987</u>
	<u>155.734</u>	<u>(46.001)</u>	<u>13.044</u>	<u>18.206</u>	<u>140.987</u>

20.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	2.892	6.883
Capitalização no Intangível e no ativo contratual relativo à contingências	-	640
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e do ativo contratual	393	351
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	-	22
Total	3.285	7.896

21 Cobertura de seguros

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A avaliação de suficiência dessas apólices não faz parte do escopo dos trabalhos dos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	31/12/2022		31/12/2021	
	valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	39.081	39.081	39.081	39.081
Linhas de transmissão				
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Seguro de vida	159	(*)	159	(*)

* * *

* * *

Daniel Araque
Diretor

Marcelo Vargas
Diretor

Ricardo Rosati
Contador CRC: nº 1 SP 220213/O-6